

O Brasil na Rio + 10

JOSÉ CARLOS CARVALHO

Em 1992, a Cúpula da Terra – maior evento diplomático de todos os tempos – definiu uma agenda de compromissos para conter a degradação ambiental do planeta que vem colocando em risco o futuro da civilização. Além da agenda 21, foram assinadas duas convenções para as duas principais questões ambientais do globo: as mudanças climáticas, advindas do efeito estufa, e a perda de biodiversidade. Naquela época, os dados científicos, ainda que preliminares, foram suficientes para mobilizar 179 chefes de Estado, que se comprometeram com a alteração do padrão de produção e consumo nos países industrializados e com o repasse de tecnologias e de recursos, para a superação de índices insustentáveis de pobreza e a promoção do desenvolvimento nos países não industrializados.

Os últimos dez anos não assistiram ao cumprimento das intenções pactuadas. Ao contrário, a década foi marcada pela abertura das economias periféricas, que se submeteram a um crescente endividamento e conseqüente comprometimento orçamentário, ficando bastante diminuídas suas capacidades de investimento e, portanto, de recuperação ambiental e de desenvolvimento social.

Não obstante alguns avanços, principalmente em tecnologias e modelos de gestão, desencadeados pela pressão do emergente consumo consciente, uma ação global concertada que pudesse frear o aquecimento global ou conter o avanço da pobreza não se verificou. Enquanto isso, antigas previsões tornam-se realidade, a cada publicação científica: geleiras gigantes partem-se ao meio, a distribuição geográfica de espécies desloca-se em ritmo jamais visto, 1,1 bilhão de pessoas já não têm acesso à água potável e 1/5 da população mundial vive com menos de 1 dólar por dia.

Entramos no novo século assistindo à caducidade da atual ordem mundial, na qual contrastam cenários de extrema riqueza material, tecnológica e cultural com outros de extrema miséria, de métodos primitivos de sobrevivência, de embates tribais. O episódio de 11 de setembro e seus desdobramentos vieram aumentar ainda mais a apreensão da comunidade internacional, quanto aos rumos deste nosso mundo globalizado, desigual e cada dia mais perigoso.

A partir desse contexto, a angústia do vice-premier britânico John Prescott (que esteve no Brasil semana passada), ao afirmar que a Rio + 10 “tem de ser um sucesso”, representa bem o clima de preocupação mundial e a esperança depositada nessa conferência, para uma possível mudança de rumos na atual conjuntura de guerra, de pobreza, de xenofobia e de devastação ambiental.

Não concordamos, no entanto, que o enfoque da Cúpula de Johannesburgo fique restrito a mais uma lista de boas intenções de combate à pobreza, como parece estar pretendendo parte dos países industrializados, segundo o dirigente britânico. Se o mea-culpa do FMI e do Banco Mundial, ao reconhecerem o conseqüente aumento da pobreza advindo de suas políticas, não fez com que mudanças concretas fossem verificadas, está claro que novas apologias contra a fome e a miséria não vão reverter o atual quadro de degradação ambiental do planeta.

Em 1992, o mundo comprometeu-se a reduzir o abismo entre o Norte e o Sul e ficou definido que os países desenvolvidos diminuiriam o impacto de sua produção e consumo sobre os recursos ambientais e destinariam 0,7% de seu PIB aos

países não desenvolvidos. Essas medidas foram consideradas, à época, fundamentais para a construção do desenvolvimento sustentável, modelo de crescimento econômico eleito como principal instrumento a viabilizar o reequilíbrio das relações ecológicas da biosfera. Muito pouco disso foi realizado e não há como fugir à verdade: é a continuidade da relação econômica injusta entre as nações que inviabiliza a concretização do novo modelo de desenvolvimento. Assim, de nada adiantarão mais discursos recheados de comoção, se nada de concreto for firmado e se prazos não forem estipulados.

O governo brasileiro está ciente disso. E é dentro do espírito de firmeza e autonomia de nossas últimas posições (Emboraer, aço e Venezuela) que queremos nos manifestar em Johannesburgo. Queremos colocar na mesa de negociações propostas corajosas, porém viáveis, que busquem resgatar e aperfeiçoar os compromissos firmados em 1992. Ultrapassar a intenção inócua da simples avaliação do que (não) foi feito até agora e avançar em acordos econômicos e políticos é, para nós, a única via para o desenvolvimento sustentável.

O Brasil, nesses últimos 10 anos, apesar do quadro mundial desfavorável, tem mostrado destacada estabilidade econômica e política, com persistente fôlego para sobreviver às perturbações do descontrole financeiro internacional e com a irrevogável consolidação de nossa ordem democrática. Também nesses últimos 10 anos, o País viu crescer e consolidar-se uma política de proteção ambiental, hoje reconhecida internacionalmente, e que o coloca numa posição de liderança frente aos demais países do continente latino-americano.

A partir desse cenário, bem mais confortável que o do Rio de Janeiro de 10 anos atrás, é que estamos nos preparando para a Rio + 10. Como parte do esforço


A ação global para conter o avanço da pobreza ainda não se verificou

mundial, com exceção dos EUA, de colocar em vigor o Protocolo de Kyoto, antes da Rio + 10, aprovamos, na Câmara dos Deputados, sua ratificação que aguarda, para esta semana, sua aprovação no Senado. Essa iniciativa faz parte de uma série de demandas que enviamos ao Congresso Nacional para que projetos de lei, ambientalmente relevantes, também sejam aprovados antes da conferência (saneamento, resíduos sólidos e proteção da mata atlântica, entre outros).

Dando seqüência às discussões com os demais países da América Latina e Caribe, iniciadas em outubro, no Rio de Janeiro, estaremos, a partir de hoje, em São Paulo, mais uma vez presidindo o Fórum de Ministros desses países, buscando amarrar propostas conjuntas, como a “iniciativa energética brasileira” (substituição de 10% das fontes de energia mundiais tradicionais por outras renováveis) e a “iniciativa geográfica latino-americana” (para o fortalecimento da pesquisa da biodiversidade local, visando a acelerar a implementação da Convenção da Biodiversidade).

A Conferência de Johannesburgo precisa ser uma oportunidade de entendimento para o mundo e o Brasil, dadas as suas reservas ambientais estratégicas e a posição política que vem construindo no cenário internacional, pela voz do presidente Fernando Henrique, precisa ser protagonista de encaminhamentos que propiciem aos países em desenvolvimento uma inserção mais justa na economia mundial, dando-lhes, assim, oportunidades reais de melhor proteger seus recursos naturais.

■ José Carlos Carvalho é ministro do Meio Ambiente

INSTITUTO

Documentação
 SOCIOAMBIENTAL
 Fonte: OESP (Gua)
 Data: 15/5/2002 Pg. A12
 Class.: 03